

CIDADE

Modos de ver e de usar

A cidade fala. A cidade nos diz muitas coisas. Sobre ela e sobre nós mesmos: a cidade é também um espelho. Nela vemos refletidas as muitas faces da cotidiana aventura de viver e fazer a cidade.

De Olho na Cidade quer participar desta aventura. A cada dois meses oferecerá a seus leitores opiniões, comentários e informações que, esperamos, estimulem algum debate. Precisamos, todos, melhor ver e melhor entender nosso mundo urbano.

De Olho na Cidade foi desenhado para ser afixado em murais e paredes das Associações de Moradores, dos Sindicatos, de todas aquelas entidades aglutinadoras de gente que sabe que o presente e o futuro das cidades dependem da ação de todos e de cada um de nós.

De Olho na Cidade quer dizer também de olho **no** CIDADE. É um convite à participação, por certo crítica, de leitores e associados. O CIDADE, Centro de Assessoria e Estudos

"DE OLHO NA CIDADE" TEM O ORGULHO DE APRESENTAR...



ELE NÃO É NENHUM SUPER-HOMEM, MAS...



... SE VIRA COMO NINGUÉM...



... PARA SE MANTER...

POR ISTO AGUARDEM NOS PRÓXIMOS NÚMEROS!

ESTAREI METENDO O MEU NARIZ DE FUINHA EM TODOS OS PROBLEMAS DA CIDADE!

... VIVO ...

... E COM SAÚDE.

Urbanos, ao definir o nome de seu periódico, recupera a denominação de uma antiga publicação do Núcleo de Assessoria aos Movimentos Populares Urbanos (Núcleo Miguel Dias), como forma de manter vivo o trabalho e a memória das muitas organizações não-governamentais que, desde os anos 70, vêm lutando por uma cidade melhor para todos.

Quem paga o transporte?

A proposta de **TAXA TRANSPORTE** é uma tentativa de algumas Administrações Municipais, como Campinas, Santo André e Porto Alegre, de dividir com os empresários o custo do transporte coletivo.

Não devemos esquecer que a existência de um sistema de transporte coletivo em funcionamento é o que permite o deslocamento dos trabalhadores de casa para o trabalho e vice-versa. Em outras palavras, o transporte ajuda na produção e, por conseqüência, viabiliza o lucro do empresariado.

No entanto, na divisão dos custos do sistema de transporte os empresários pouco contribuem, ficando a maior parte dos mesmos nas costas dos trabalhadores. Seja através da tarifa, no pagamento do serviço propriamente dito, seja através dos impostos pagos pelos contribuintes (que, em sua maioria, são usuários do transporte), impostos estes que deverão cobrir as despesas de manutenção de abrigos, corredores, vias onde circulam os ônibus e, também, garantir para a população outros serviços essenciais como educação, saúde, saneamento básico, iluminação pública etc. Trata-se de uma situação injusta, prin-



cipalmente em uma época de baixos salários, quando as despesas com passagem pesam bastante no orçamento de qualquer família.

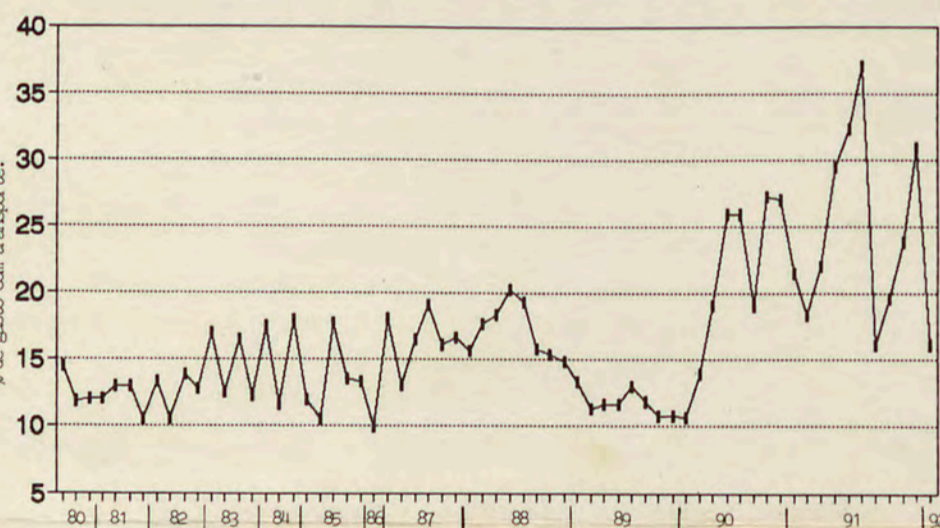
A proposta que aqui em Porto Alegre foi encaminhada à Câmara de Vereadores por duas vezes nos últimos anos obrigava os empresários a pagar uma pequena quantia mensal à Prefeitura, tornando-os assim co-responsáveis pela manutenção e melhoria dos transportes. Essa quantia era proporcional ao número de trabalhadores.

Com este dinheiro a Prefeitura poderia melhorar as condições do transporte na cidade, realizando ações como a manutenção e ampliação de corredores exclusivos, assegurando mais rapidez e conforto ao usuário, permitindo inclusive baixar o preço das passagens.

Embora justa, esta proposta foi rejeitada pela Câmara em função da grande pressão dos empresários.

A idéia, no entanto, persiste e é possível torná-la realidade. Para isto é necessário que, quando o Projeto de Lei for novamente encaminhado à Câmara para apreciação, o movimento popular organizado tome conhecimento da proposta, discuta-a, elabore alternativas e garanta a sua aprovação, exercendo uma contrapressão sobre os vereadores, que até aqui têm sido suscetíveis aos argumentos dos empresários.

Percentual de gasto de um trabalhador em transporte coletivo



Fonte: SMF - Secretaria Municipal de Transportes

50 passagens por mês/salário mínimo

Este gráfico tem por objetivo mostrar o que um trabalhador porto-alegrense tem gasto percentualmente, entre 1980 e 1992, com transporte coletivo, tomando duas conduções por dia, para ir e voltar do trabalho, não dispondo do benefício do vale transporte.

Notas

Δ Começa a andar o programa de regularização fundiária da Administração Popular. Já estão prontos os modelos de contratos de Concessão Coletiva do Direito Real de Uso para as vilas Planetário e Zero Hora. Havia alguns entraves no Cartório de Registro de Imóveis para a concessão coletiva, mas eles estão sendo sanados.

Δ Com verba definida no Orçamento Municipal, terá início um processo de construção de prédios de apartamentos na Vila Planetário. Trata-se de uma iniciativa inédita em Porto Alegre. Os moradores da vila, com a concessão do direito de uso, permanecerão no local, morando nestas novas construções e pagando uma pequena taxa mensal à Prefeitura.

Δ Projeto de Lei, de iniciativa do Governador Alceu Collares, vetado pelos deputados estaduais, criaria um fundo estadual para a moradia com base no aumento da alíquota do ICMS. Paralelamente, seria criado um Conselho para a gestão dos recursos. Iniciativa louvável, embora não estabelecesse a composição deste Conselho e já admitisse a possibilidade de uso desses recursos também para a segurança pública. É de se esperar que os movimentos comunitários e de luta pela moradia agilizem uma proposta própria para a criação deste fundo e do Conselho Estadual de Habitação.

Δ Portaria Interministerial nº 466, de 13/09/91, criou Comissão para elaborar Anteprojeto de Lei que altere a Lei de Loteamentos em vigor (Lei 6766/79). Os empresários do setor imobiliário já apresentaram seu próprio projeto, que reduz os padrões de qualidade atualmente exigidos, a fim de aumentar seus lucros.



RS FICOU DEVENDO

Fundo Nacional da Moradia Popular

Todo o poder emana do povo e em seu nome deveria ser exercido. Sob a vigilância de 950 PMs, uma caravana de 4.000 pessoas, representando os movimentos de luta pela moradia de 16 Estados, deu entrada no Congresso Nacional, em novembro de 1991, ao primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular, que cria o FUNDO NACIONAL DA MORADIA POPULAR. Com recursos provenientes do FGTS, loterias e percentual do orçamento da União e gerido por um Conselho Nacional, composto por 20 membros, 10 deles indicados pelos movimentos de moradia, os recursos deste Fundo serão destinados a produção habitacional para a população na faixa de renda até no máximo 10 salários mínimos, tendo como agentes promotores as organizações comunitárias, associações de moradores e cooperativas habitacionais populares ou de sindicatos.

Segundo João Couto, que integra a coordenação do Movimento de Luta pela Moradia no Rio Grande do Sul e em nível nacional, "iniciamos o processo de coleta de assinaturas um pouco tarde, devido à despolitização de alguns setores do movimento, que estavam mais preocupados com a busca de hegemonia do processo. Mas a gente conseguiu coletar aqui no Rio Grande do Sul 11.141 assinaturas. Porém, como precisávamos integralizar no mínimo 18.000, ficaram faltando mais de 6.000 assinaturas que nós precisamos apresentar ainda". A discussão do Fundo contou apenas com o apoio de entidades ligadas aos movimentos, pois "a grande imprensa não deu o menor espaço. Eles só divulgaram a caravana a Brasília, e só no dia da entrega das 628.481 assinaturas coletadas em todo o país. Assim mesmo, as notícias que saíram foram completamente distorcidas. Nunca deram espaço para que se questionasse os pontos necessários para a compreensão do Fundo". Uma outra dificuldade para uma maior sustentação da proposta, é que "a compreensão da companheirada aí é difícil. O pessoal não compreendeu como é que a gente podia conceber uma política habitacional que exclui a intervenção autoritária do governo federal".

O projeto ainda está em discussão nos movimentos de moradia, existindo pontos que não foram incluídos no texto entregue por não serem de consenso. Na opinião de Couto, por exemplo, "o Fundo deveria ser nacional e não federal. O que significa isso? Que nós deveríamos incorporar ao fundo não apenas as verbas no âmbito do governo federal, mas



também o dinheiro dos Estados, dos Municípios, juntando tudo num Fundo só. O governo federal hoje tem as linhas de financiamento e repassa diretamente, por exemplo, lá pra uma cooperativa do Amazonas, ou daqui de Bagé. Isso é um absurdo. O cara tem que ir a Brasília pra postular um dinheiro que sai pela mão, agora, do Fiúza. Por que o cara não vai ali na Prefeitura buscar esse dinheiro? Vai de bicicleta e não de avião. Na nossa proposta, que infelizmente o projeto apresentado não contempla ainda, haveria também Conselhos estaduais e municipais. Quem se envolveria com as questões particulares seria o Conselho Municipal, que trataria com as cooperativas, com as associações comunitárias habitacionais e com o Departamento Municipal de Habitação".

O projeto tem duas virtudes importantes: (1) reconhece a habitação como um direito social, buscando assegurar recursos para garantir este direito independentemente do nível de renda das pessoas; (2) estabelece a gestão popular como princípio organizador do sistema, seja na votação da distribuição dos recursos, seja no processo construtivo. Contudo, existem vários riscos de o projeto não ser aprovado como o proposto. "Quem conhece o Congresso sabe que eles vão segurar isso aí," afirma Couto. "Seria fundamental que nós conseguíssemos aprovar este Conselho Nacional proposto no projeto, pra ter um mínimo de controle sobre o Fundo. Essa estrutura precisa passar, sobretudo a autogestão, que é a espinha dorsal de todo o processo. A iniciativa individual, a autogestão operária, a família, comprando seu terreninho à prestação, construiu mais moradias que o BNH. E ninguém ficou endividado em 25 anos. Casas modestas, simples, mas não enriqueceram empresários, não ajudaram a concentrar renda. Se este processo for estimulado, através de cooperativas, através da iniciativa dos próprios trabalhadores, as pessoas fazem. Superam-se as dificuldades que têm os governos. E a gente se livra de um problema sério, que tem infernizado a vida da classe trabalhadora brasileira, que é o clientelismo, o assistencialismo e o paternalismo. Porque com isso as pessoas recuperam a sua cidadania e passam eles mesmos a resolver os seus problemas. Basta que exista de parte do conjunto da sociedade um instrumento adequado, que é o Fundo, é grana. Não precisa de outra coisa. Tendo grana pra fazer casa, o povo faz. É empréstimo, mas difere bastante do Sistema Financeiro da Habitação, porque o teto é limitado a dez salários mínimos. E destina 70% do dinheiro pra quem ganha até 5 salários. A questão principal agora é aprovar isto. As modificações que a gente precisa introduzir depois é outra coisa. Com o Fundo consagrado, depois modificar e melhorar é outra história".

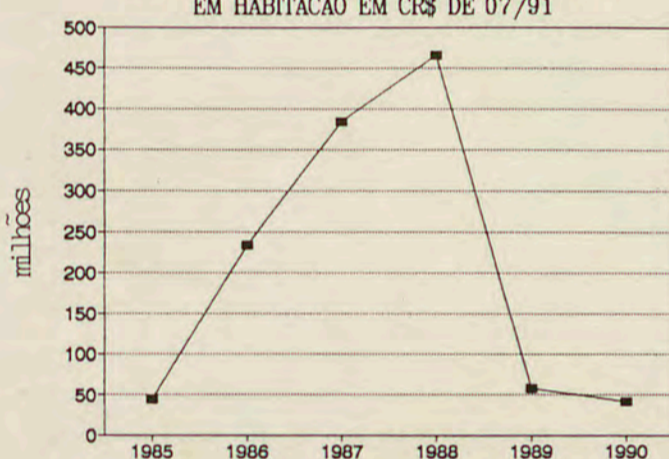
"O pessoal não compreendeu como é que a gente podia conceber uma política habitacional que exclui a intervenção autoritária do governo federal".

GOVERNO COLLOR ABANDONA A HABITAÇÃO

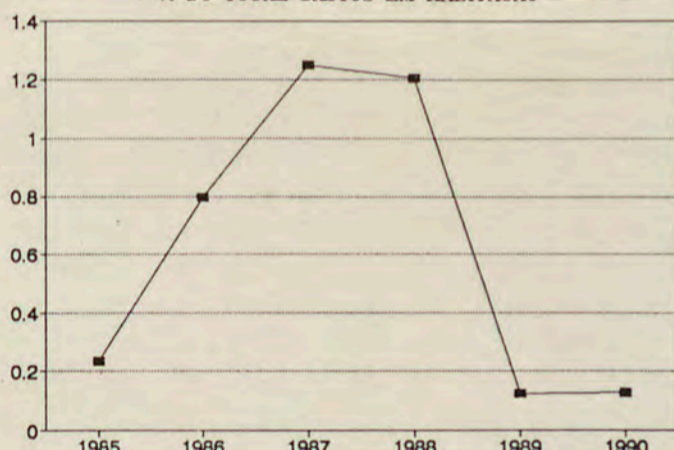
Uma das grandes lutas dos movimentos de moradia é para que os governos ampliem os gastos com habitação em seus orçamentos próprios. Contudo, o Governo Federal, por exemplo, como pode ser observado nos gráficos, simplesmente riscou a habitação de seu orçamento próprio, limitando-se a empurrar com a barriga a massa falida do BNH e a aplicar de forma clientelista o dinheiro recolhido pelos trabalhadores para o FGTS. E mesmo aí, em 1992, haverá uma redução de mais de 50% das aplicações com a construção de moradias, porque grande parte dos recursos será desviada para a rolagem da dívida dos Estados e Municípios (isto é, viabilizará eleitoralmente os atuais governantes).

EVOLUCAO DOS GASTOS FEDERAIS

EM HABITACAO EM CR\$ DE 07/91



% DO TOTAL GASTOS EM HABITACAO



Fonte: IPEA

AGENDA

△ No dia 26 de fevereiro, a FASE - Porto Alegre estará promovendo um debate em sua sede sobre o tema "Transição democrática e crise dos movimentos sociais", tendo como palestrante Haroldo Abreu. Maiores informações, fone 225-0787.



△ Num esforço do Movimento Nacional de Luta pela Moradia, estão sendo realizadas plenárias por bairro reunindo os moradores de sub-habitações e cortiços. Estão previstas para fevereiro e março reuniões nos bairros Cidade Baixa, Santana, Floresta e Navegantes. Maiores informações na Comissão de Justiça e Paz da Assembléia Legislativa, fone 228-6622.

△ No dia 29 de março serão realizadas as eleições dos Conselhos Tutelares. Com a função de zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes, os Conselhos substituirão os juizados no tratamento social dos problemas dos menores. Serão eleitos 40 conselheiros e seus suplentes. Procure as entidades comunitárias do seu bairro.

△ Em abril ocorrerão os congressos da UAMPA e da FRACAB, com eleição das respectivas diretorias.

Por onde andam os PROJETOS

△ Projeto de Lei de autoria do Vereador Lauro Hagemann, regulamentando o Banco de Terra do Município foi aprovado em novembro de 1991 pela Câmara de Vereadores e sancionado com vetos pela Prefeitura. Os vetos referem-se à passagem das áreas dominiais e do DEMHAB para o controle da Secretaria do Planejamento Municipal. Serão apreciados pelos vereadores após o seu retorno às atividades a partir de 15 de fevereiro.

△ Outros dois Projetos de Lei de autoria do mesmo vereador, que regulamentam o Solo Criado e a Função Social da Propriedade, estão em fase de reelaboração, só devendo ir a plenário lá pela metade do ano.

△ Projeto de Lei de autoria do vereador Clóvis Ilgenfritz, que regulamenta a regionalização e a descentralização administrativa, foi aprovado pela Câmara de Vereadores em dezembro de 1991, mas vetado integralmente pelo Executivo Municipal. Alegaram vício de origem na elaboração do projeto, pois a Procuradoria do Município considerou que esta matéria compete exclusivamente ao Executivo.

△ Na esfera federal, o Projeto de Lei de Desenvolvimento Urbano (Estatuto da Cidade), de autoria do falecido senador Pompeu de Souza, poderá ser votado ainda neste semestre, regulamentando instrumentos sobre a questão da terra urbana e planejamento criados pela Constituição Federal. Em abril será realizado em Brasília um seminário de âmbito nacional sobre o tema.

EX PEDI ENTE

De Olho na CIDADE, uma publicação de CIDADE - Centro de Assessoria e Estudos Urbanos - Rua José de Patrocínio, 1197, Porto Alegre, fone (051) 226-7170.
 Redação: João Rovatti, Regina M. Pozzobon e Sérgio Baierle.
 Colaboração: Carlos Henrique Severo, Marta Ghezzi e Eduardo Debaco. Ilustrações: Moa e Glenda Pereira da Cruz
 Composição: Cia. de Letras FOTOLITOS e Impressão: Pallotti
 Tiragem: 1.000 exemplares Distribuição gratuita

